

A COMPLEXIDADE DA CONVERSÃO DO ORAL PARA O ESCRITO NO INTERROGATÓRIO POLICIAL EM MOÇAMBIQUE - ESTUDO DE CASO

Alexandre Timbane¹

RESUMO: Os juízes, o ministério público e os advogados dependem do trabalho previamente executado pelos agentes de polícia na apuração e indiciamento de sujeitos. Esse trabalho precisa ser bem elaborado de forma a não criar nuances nas fases posteriores. A presente pesquisa resulta da problemática que os oficiais da polícia têm na conversão de informações orais em texto escrito comumente designado por auto. Sendo assim, levantou-se a seguinte questão: quais as técnicas usadas para converter o que é falado em uma ou mais horas em uma redação de folhas de papel? O objetivo geral é de analisar linguisticamente as estratégias de conversão do depoimento oral em escrito. Analisando sete autos e sete transcrições de depoimentos se concluiu que na conversão há redução de ideias e de léxico usado pelos declarantes. Há redução de marcas linguísticas características da oralidade, mas que não levam à perda de algumas propriedades características da oralidade. Conclui-se ainda que há necessidade de se introduzir a Linguística Forense na formação policial de forma a preparar melhor os futuros policiais.

PALAVRAS-CHAVE: Interrogatório policial. Conversão oral/escrito. Autos.

THE COMPLEXITY OF CONVERSION FROM ORAL TO WRITTEN IN POLICE INTERROGATION IN MOZAMBIQUE ó A CASE STUDY

ABSTRACT: The judges, prosecutors and lawyers depend on the work previously performed by police officers in the investigation and prosecution of individuals. The work needs to be well prepared so as not to create nuances in the later stages. The present research result from problematic that police officers have in the conversion of oral information into written text commonly referred to as auto. So the question arose: what techniques are used to convert what is spoken in one or more hours into an essay of sheets of paper? The overall goal is to analyze linguistically the strategies of conversion of oral testimony into written text. Analyzing seven records and seven transcripts of testimony we concluded that there is a reduction of ideas and lexicon used by the reporting. There is a reduction of linguistic hallmarks of orality, but not without losing some characteristic properties of orality. We can

¹ Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Brasil, Mestre em Linguística e Literatura (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane ó Moçambique. Professor titular na Universidade Academia de Ciências Policiais de Moçambique (ACIPOL). Pesquisador em Linguística Forense aplicada às ciências policiais. Membro do Grupo de Estudos de Linguística Forense da Universidade Federal de Santa Catarina e membro da The International Association of Forensic Linguists (IAFL), do Núcleo de Estudos da Sociolinguística da UNESP e do Grupo de Estudos da Fonética Acústica da UNESP. ACIPOL, Moçambique. alextimbana@gmail.com

also conclude that it is necessary to introduce Forensic Linguistics in police training to better prepare future officers.

KEYWORDS: Police Interrogation. Conversion oral/written. Autos.

1 Considerações iniciais

O trabalho da polícia, dos peritos, dos advogados, dos promotores de justiça e dos juízes é complexo porque não só exige conhecimentos de Direito, mas também exige saberes de diversas áreas afins. Na instituição polícia, a problemática é ainda maior porque as grades curriculares de formação policial não integram todas as áreas do saber. Aliás, dificilmente encontramos um agente de polícia com conhecimentos de todas as áreas. No esclarecimento de casos, delegados convidam psicólogos, antropólogos, biólogos, físicos e outros especialistas, mas raras vezes solicitam linguistas. Isso acontece porque todos (a polícia, os peritos, os advogados, os promotores de justiça e os juízes) se sentem especialistas da linguagem e capazes de decifrar as ambiguidades e nuances da linguagem fato que não corresponde a verdade. Estudos recentes de vários linguistas [Shuy (2005), Coulthard (2005), Coulthard e Johnson (2007), Heydon (2005), Labov (1989) e outros] provaram a importância da presença do linguista na perícia, no esclarecimento de nuances bem como na confirmação de dados perante o juiz sobre assuntos variados que envolvem a linguagem. Daí, a importância da Linguística Forense como uma subárea da Linguística que se interessa pelo estudo da ligação entre a Linguagem e a Lei.

A polícia moçambicana foi fundada em 1979, por força da Lei nº 5/79, de 26 de Maio e como consequência imediata da Revisão da Constituição da República Popular de Moçambique, operada pela Lei nº 11/78, de 15 de agosto, que unificou o Corpo de Polícia de Moçambique (Polícia de Proteção), a Polícia de Investigação Criminal (PIC), as Polícias de Trânsito, Fiscal, Migração e de Transportes e Comunicações, sob um único comando, que é o Ministério do Interior. Mais tarde, funda-se a Polícia da República de Moçambique (PRM) através da Lei nº 19/92, de 31 de dezembro (publicada no Boletim da República, 1ª série, nº 53, de 31/12/92), como uma força paramilitar integrada ao Ministério do Interior de Moçambique. Recentemente, as autoridades moçambicanas promulgaram a Lei nº 16/2013 de 12 de agosto 2013 que divide a PRM em quatro ramos: **(a)** Polícia de ordem e segurança pública; **(b)** Polícia de Investigação Criminal; **(c)** Polícia de Guarda fronteira; e **(d)** Polícia costeira, lacustre e fluvial. As unidades de operações especiais e de reserva são compostas

pela Força de Intervenção Rápida; Força de Proteção de Altas Individualidades; Força de Operações de Combate ao Terrorismo e Regate de Reféns; Força Canina; Força de Cavalaria e finalmente, a Força de Desativação de Engenhos Explosivos. A missão principal da polícia é de garantir a segurança e a tranquilidade públicas no território moçambicano.

A presente pesquisa interessa-se pelos serviços prestados pelo primeiro ramo - polícia de ordem e segurança públicas, que recebe diretamente dos cidadãos queixas, depoimentos e testemunhas de vários crimes cívicos. A formação policial neste âmbito tem sido garantida pelas escolas de formação básica e pela Academia de Ciências Policiais, que forma oficiais superiores.

Observando a atividade policial nas **esquadras**², nota-se uma dificuldade maior na conversão do que é falado para o escrito. Daí levanta-se a seguinte questão: como converter o que é falado em 30 minutos, 1 hora, 2h ou mais em documento escrito de uma ou duas páginas? É um exercício difícil, complicado, que exige conhecimentos da área do Direito (das leis), da psicologia, das técnicas de interrogatório e, sobretudo, da Linguística (capacidade de síntese, de redação e de escrita³). A pesquisa tem como objetivo geral analisar linguisticamente as estratégias de conversão do depoimento oral em escrito. Como objetivos específicos, a pesquisa visa explicar o contexto sociolinguístico de Moçambique; descrever o processo de conversão do depoimento para o texto escrito; comparar a transcrição do depoimento com o texto escrito e finalmente identificar as marcas linguísticas do discurso do direito e forense.

Inicialmente se discute a situação atual das línguas em Moçambique e a sua complexidade de uso tendo em conta a política e o planeamento linguístico. Seguidamente discutimos que o trabalho policial não pode dispensar os serviços da Linguística na sua atividade porque todo o trabalho sempre envolve esta área embora tenha pouco espaço durante a formação. Em seguida discutimos quais os caminhos que são percorridos quando se converte uma informação oral para o escrito sem criar deturpação nem nuances na mensagem principal. Terminamos apresentação do artigo mostrando alguns resultados provenientes da análise comparativa entre os textos transcritos e os autos fornecidos nas esquadras observadas.

² Nesta pesquisa utilizaremos o termo *desquadrao* para referir à *delegacia de políciao*. O termo *desquadrao* é usado em toda a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), exceto no Brasil.

³ Os autos são redigidos manualmente, pois não existem computadores nem máquinas de escrever na maior parte das esquadras.

2 A diversidade sociolinguística de Moçambique: aspectos gerais

A língua é um dos instrumentos de comunicação e ela serve como o suporte do pensamento. É através dela que se permeiam tarefas diárias, relações e interações entre seres humanos. Uma língua, segundo Martinet (1967) tem a função de estabelecer a comunicação entre pessoas dentro da comunidade. Para que as pessoas se entendam é importante que partilhem o mesmo código linguístico. Mas, também, é relevante dizer que a língua não é uma unidade estática. Ela varia e muda sincrônica e diacronicamente impulsionada por variáveis sociais e linguísticas.

Moçambique tem uma diversidade linguística, pelo fato de existirem no mesmo território político mais de vinte Línguas Bantu (LB)⁴, duas asiáticas e uma de origem europeia, que é língua oficial - o português. As línguas mais faladas em Moçambique, segundo Timbane (2013a, p.37) são o *emakhuwa* e o *xichangana* com 25,3% e 10,3% respectivamente. Entende-se que a população moçambicana é sociolinguisticamente bantófona, uma vez que a maioria da população fala as diversas LB na situação de comunicação familiar e também em eventos e instituições tradicionais. O português é língua oficial sob o ponto de vista da política e do planejamento linguístico, estatuto que faz com que o português tenha mais privilégios se compararmos com as diversas LB moçambicanas.

A língua portuguesa chegou com a colonização no século XV e cresceu nos últimos anos como resultado da educação massiva, gratuita e inclusiva principalmente nas zonas urbanas. Comparando as zonas urbanas e rurais, pode-se observar que o meio rural ainda preserva as línguas locais (94%) enquanto que nas zonas urbanas e suburbanas a população tende a falar português no dia a dia (88%).

As LB poderiam ter pouca influência na justiça moçambicana pelo fato de o português ser língua oficial, mas na prática não é verdade. É normal assistirmos a interrogatórios policiais feitos em línguas locais. Por quê? Porque a maior parte da população não está escolarizada (56,1% de taxa de analfabetismo)⁵, fato que faz com que as pessoas usem as diversas LB nos depoimentos policiais, na justiça e em outras situações oficiais. Em muitas ocasiões, um policial bilíngue é convidado para responder as necessidades práticas do terreno, principalmente em depoimentos, em boletins de ocorrências, em interrogatórios, etc.

⁴ As pesquisas de Nurse e Philippon (2003) dividiram as LB em 16 zonas que abrangem as regiões da África central, ocidental, oriental e austral.

⁵ Dados do Relatório do Índice do Desenvolvimento Humano-2013 (MALIK, 2013).

Em alguns casos se faz presente um intérprete para que haja entendimento. Em muitas outras situações se recorre ao bilinguismo (português vs LB moçambicana), pois os cidadãos podem explicar melhor os fatos usando a sua língua materna que é uma LB na maioria dos casos. Vejamos a seguir como a língua tem um espaço privilegiado na atividade policial em todos os níveis.

3 A língua como instrumento principal no trabalho policial

A polícia utiliza a língua no desempenho da sua atividade. Tanto enunciados orais como escritos são frequentes e juntos se interligam. Todos os documentos legais na área policial usam a escrita. Por quê? É que a escrita é considerada como estável (quando escrita e arquivada) enquanto que a oralidade desaparece e pode ser esquecida. Significa que, o que foi escrito permanece por mais tempo e pode ser consultado posteriormente mesmo que o autor não esteja vivo. Maingueneau (2013, p.84) mostra que tradicionalmente, associamos oralidade à instabilidade e a escritura à estabilidade: as palavras voam, os escritos permanecem. Na realidade, nem todo enunciado oral é necessariamente instável; tudo depende de seu estatuto pragmático, isto é, daquilo para que serve.

Associar a escrita com a estabilidade é um mito. As sociedades ágrafas sempre estabeleceram acordos, contratos e leis sem o uso da escrita. Numa cultura bantófona, como é o caso de Moçambique, a oralidade tem grande importância na tradição. Todas as instituições tradicionais⁶ usam a oralidade, pois os povos bantu são de tradição oral na sua maioria.

A polícia tem a oportunidade de usar a oralidade e a escrita simultaneamente. Na oralidade, por exemplo, todos os comandos numa abordagem policial são orais. Timbane (2013c) discutindo o tema: Analisando o discurso policial na abordagem de suspeitos na via pública: estudo de caso mostra que na abordagem não pode ser apresentada de forma escrita. Mas essa abordagem pode ser apresentada de forma escrita através do relatório das atividades realizadas pelos policiais. É uma atividade que só pode ser realizada oralmente usando estratégias linguísticas que se caracterizam pelo uso de frases imperativas.

A abordagem policial apresenta as seguintes características linguísticas: é contextualizada, é implícita, é redundante, não é planejada, apresenta-se de

⁶ A justiça, por exemplo, o líder comunitário julga todo tipo de crime na sua população e assina decretos sem o uso da escrita; a escola tradicional (mais conhecidos como ritos de iniciação), por exemplo, ensina e transmite conhecimentos sobre a cultura, hábitos e formas de ser e de estar de uma comunidade sem escrever em nenhum lugar. Quer dizer, usa-se a oralidade. Na saúde, a transmissão de conhecimentos sobre as raízes, folhas e frutos que curam doenças é feita pela oralidade e sem auxílio da escrita.

forma fragmentada e incompleta. Para além disso, ela é pouco elaborada com pouca densidade informacional, com predominância de frases curtas e simples. O léxico presente tem menor densidade e responde prontamente ao momento interacional. O texto oral produzido na abordagem policial apresenta falsos começos, truncamentos, correções, hesitações, repetições, paráfrases, pausas, esclarecimentos, defesas e, sobretudo um fluxo discursivo que apresenta descontinuidades. (TIMBANE, 2013c, p.138).

Como se pode ver, a linguística está presente na abordagem policial e nos comandos de ordem unida. E é impossível dissociar essas atividades da linguagem, que são o instrumento principal da comunicação. Em muitas ocasiões, policiais indicados para trabalhar em aeroportos internacionais, rodoviárias, portos e postos de emigração/imigração (postos fronteiriços) enfrentam dificuldades para exigir e conferir documentos aos cidadãos estrangeiros que entram ou saem no país. Em muitas ocasiões, acabam deixando passar por não existir alguém capaz de verificar a veracidade dos documentos apresentados pelo estrangeiro. Esse aspecto tem causado problemas no estabelecimento da ordem/ tranquilidade públicas bem como na entrada e saída de estrangeiros alguns deles podem ser procurados pela Polícia Internacional (INTERPOL). Entendemos que o domínio de uma ou mais línguas estrangeiras por parte de agentes da polícia pode ajudar a melhor responder as demandas do mundo globalizado como é o nosso em que a circulação de pessoas é mais frequente devido ao avanço da tecnologia e dos meios de comunicação/transporte.

4 Sintetizar o que é dito: A complexidade do interrogatório policial

A fala se realiza através de ondas sonoras. A fala ocorre em forma física, em tempo real e acontece de forma rápida, acompanhado de mímica e de mudança da tonalidade da voz. A fala é social e é fragmentária.(McMENAMIN, 2002, nossa tradução). É importante sublinhar que na fala há um planejamento discursivo simultâneo e não existe possibilidade de apagamento. Na fala não há possibilidade de consulta em dicionário nem em outros textos e a criação é coletiva, quer dizer, à medida que se vai dialogando cria-se uma coesão tendo em conta a reação do interlocutor.

Segundo Maingueneau (2013, p.90), o texto escrito pode circular longe de sua origem, encontrar públicos imprevisíveis sem precisar ser modificado a cada vez. Como quem escreve não pode controlar a recepção de seu enunciado, é obrigado a estruturá-lo de maneira a torná-lo compreensível, ou seja, é obrigado a fazer de seu enunciado um texto, no sentido mais pleno do termo. Nota-se que o texto escrito é de certa forma individual, com

possibilidade de consulta em dicionários e ainda com possibilidade de limpeza e correção antes da publicação ou divulgação. O texto produzido tende a esconder o seu processo de criação, mostrando apenas o resultado do autor.

Na área policial, fazer uma síntese do que é dito é uma tarefa complexa que exige um treinamento prévio, principalmente durante a formação porque as informações não devem ser acrescentadas nem omitidas. Se assim acontecer, pode complicar ou favorecer os suspeitos/acusados em causa. Já que os inquiridos são lidos pelos advogados, pelo Ministério público e principalmente pelo juiz, é necessário que estejam mais claro possível de forma a evitar ambiguidades ou mal-entendidos conduzindo assim a caminhos inesperados. Uma simples unidade lexical pode ter vários significados na língua. Um conjunto sintático mal construído, por exemplo, pode provocar outros entendimentos por parte dos leitores.

Discutindo sobre a língua falada e escrita, Coulthard (2000) mostra que as duas se entrelaçam, mas a língua escrita se demonstra mais elaborada, mais processada respeitando os nuances gramaticais e também lexicais. A língua escrita é mais elaborada e se manifesta por meio de recursos de ordem pictográfico e/ou gráficos fato que não ocorre no oral. O importante a tomar em conta é que ao passarmos do oral para o escrito há uma retextualização. Segundo Marcuschi (2010, p.46), a retextualização não é um processo mecânico, já que a passagem da fala para a escrita não se dá naturalmente no plano dos processos de textualização. Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita. Entendemos que a elaboração de texto não é uma simples transcrição em que se escreve o que foi dito. O texto é um outro texto que é regido por normas, regras específicas que caracterizam a linguagem escrita. Isso se torna real porque as exigências linguístico-discursivas diferem quando saímos do oral para o escrito.

Pensando no trabalho policial, observa-se que as dificuldades aparecem porque durante a formação não há chamada de atenção com relação às ambiguidades da língua. Todo o trabalho de ouvir testemunhas e acusados resulta num documento que resulta de uma conversa, de um interrogatório. Essa conversão não é uma simples transcrição. Precisa que o policial tenha competências linguísticas que permitam ouvir e transformar o discurso produzido em um texto forense- que é inquirido policial. Marcuschi (2010) mostra que na conversão há adaptação e perdas. Nesta pesquisa dividimos em três grandes grupos, mesmo sabendo que existem outros domínios da linguística:

a) adaptação lexical

O léxico é a face mais notável da língua e ele está intimamente ligado à cultura e as tradições de uma comunidade linguística. Há, o que chamamos de lexicultura, pois uma determinada unidade lexical só pode ser compreendida dentro do contexto cultural em que está inserido. Ao falarmos de brasileirismos, moçambicanismos e angolanismos estamos diante de variedades do português que precisam ser respeitadas dentro da comunidade linguística intitulada CPLP - Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa. Timbane (2013b) discute o impacto de moçambicanismos explicando que essas unidades lexicais presentes na variedade do Português de Moçambique representam uma identidade daquele povo que se apropriou do português europeu. Segundo o mesmo autor, as unidades lexicais *machimbombo*, *timbila*, *lobolo*, *torri-tori*, *xibalo*, *cacana*, *capulana* (ônibus, xilofone, dote, cocada, trabalho forçado, *momordica balsamina*, tecido/pano que as mulheres cobrem o corpo, respectivamente) ocorrem no contexto de Moçambique e representam uma realidade concreta da cultura moçambicana. Assim, o policial na sua atividade precisa estar informado sobre esses estrangeirismos e empréstimos linguísticos.

Precisamos entender que a ãpalavra não está isolada, por isso não pode ser, em nenhum caso, dissociada do grupo ao qual pertence; as palavras, no interior do grupo, não têm o mesmo valor e constituem uma estrutura hierarquizada; [...] o vocabulário é expressão da sociedade, portanto tem natureza sociológica (MELO, 2011, p,17). Para ilustrar, vejamos o exemplo 1:

Ex.1: ã...eu vendia **calamidade** quando ele me conheceu...ö (YOP)

Nesta frase, a palavra ãcalamidadeö se refere à roupa usada vendida em mercados informais de Moçambique. Sendo assim, a unidade lexical ãcalamidadeö só pode ser entendida e compreendida no contexto sociocultural moçambicano e não em outros países da CPLP, pois a mesma pode ter outros significados. No caso do exemplo 1, na conversão para o escrito pode ser usada a palavra ãcalamidadeö, pois esta reflete uma realidade concreta e já é reconhecida por todos os moçambicanos. Vejamos o exemplo 2.

Ex.2: ã...o **gajo** me deu rasteira e caí no chão...ö (AMT)

Nesta frase, ãgaloö significa ãcaraö no português brasileiro. Ao convertermos para um texto forense, um texto legal a palavra ãgajoö será substituída por ãsujeitoö, ãsuspeitoö, ãacusadoö. Assim, colocar a palavra ãgajoö no auto, no Inquérito Policial agride a

formalidade e o gênero textual em questão. As unidades lexicais **altamente, cabritismo, catorzinha, robadeiro, necessidadeómenor, estrutura** podem ser substituídas por bom, corrupção, prostituta, meliante, urinar, chefe do quartirão, respectivamente, em texto forense como é o caso do auto. Estas formações novas, ou melhor, esta variação lexical nem só acontece no português moçambicano. Também acontece no português brasileiro e em outras variedades, tal como explica Timbane (2013b).

b) adaptação morfossintática

Devido ao nível de escolaridade baixo, cidadãos cometem vários erros de nível sintático. Vejamos o seguinte exemplo: Ex.3: ã...os carro estava com vidros partidos...ö (EBT).

O cidadão EBT não fez concordância verbal na frase acima apresentada. Isso ocorreu várias vezes nos corpora recolhidos. Assim, ao redigir o texto forense é necessário corrigir essas nuances produzindo assim, um texto coeso e compreensível por parte dos atores do processo. Também é necessário lembrar que a tarefa da polícia é simplesmente de apurar e não de acusar. Do texto que consta no Inquérito Policial não poderá se ver as marcas linguísticas do/a testemunha ou do/ da acusado/a. Quer dizer, jamais o juiz poderá conhecer as marcas linguísticas do depoente através do texto, pois este já está transformado em texto forense.

c) adaptação semântica

A semântica linguística estuda o significado usado por seres humanos para se expressar através da linguagem. A significação das palavras, segundo Bechara (2009, p. 397), ãa significação das palavras está intimamente relacionada com o mundo das ideias e dos sentimentos; entre as ideias, entre os pensamentos não há separação absoluta por isso que as associações se estabelecem, sem cessar, de uns para outros.ö Uma simples unidade lexical **mocho** ou **coruja** pode ser interpretada de formas diversas dependendo da cultura. Por exemplo, na cultura brasileira a ave **coruja** é símbolo de sabedoria, enquanto no contexto moçambicano é símbolo de feitiçaria. A mesma ave, o mesmo nome, mas com interpretações diferentes em culturas diversas. Outro exemplo é a palavra **farinha**, que é definida como pó desidratado rico em amido, utilizado na alimentação, produto obtido geralmente de cereais moídos, como trigo, milho ou de outras partes vegetais ricas em amido, como a raiz da

mandioca. Mas também pode significar **cocaína**. É importante que o policial admita a palavra **cocaína** ao invés de **farinha** por ser mais informal. Sendo assim, ao escrever o auto, o policial precisa ter em conta estas ambiguidades que a língua apresenta. O caso fica mais complexo ainda quando o acusado depõe numa LB, como tem se verificado na maior parte dos casos. (cf. Quadro 1).

Outra questão importante que ocorre na conversão é a passagem do discurso direto para indireto. Em muitas declarações está presente o discurso direto, em que o interrogado relata o que aconteceu, como viu, como sentiu, etc. Sendo assim, quem escreve deve usar o discurso indireto evitando sempre que possível o uso do presente e do futuro. Os pronomes pessoais devem desaparecer e substituídos por nomes próprios ou qualificações do tipo: o acusado, o interrogado, o depoente, o testemunho, etc.

Os tempos verbais mais frequentes podem ser o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito. A reprodução direta da fala deve ser evitada. É um recurso que imprime maior agilidade ao texto, permitindo ao autor mostrar o que acontece em lugar de simplesmente contar. Também permite utilizar o modo de falar dos personagens como elemento caracterizador. Mas isso não deve acontecer no texto forense, como é o caso do auto.

O discurso indireto acontece quando as falas dos personagens são adaptadas e incorporadas pelo narrador, neste caso o policial. Dessa forma, conta-se mais do que se mostra. O discurso indireto não permite que as personagens (testemunhas, acusados, etc) se expressem livremente, uma vez que as falas das personagens são apresentadas pelo narrador, ou seja, é o narrador que fala pela personagem. Isso significa que o policial precisa reproduzir em outras palavras, as declarações ou denúncias prestadas pelos interrogados. Vejamos algumas características do discurso indireto: (a) o narrador utiliza as suas próprias palavras para reproduzir a essência das falas das personagens, atuando como intermediário; (b) a narração é feita na 3.^a pessoa; (c) é introduzido por verbos de elocução, ou seja, através de verbos que anunciam o discurso, como: dizer, perguntar, responder, comentar, falar, observar, retrucar, replicar, exclamar, aconselhar, gritar, murmurar, entre outros. Esses verbos de elocução aparecem seguidos das conjunções **que** ou **se**, separando a fala do narrador da fala da personagem.

Para além da adaptação, há perdas de algumas marcas discursivas características da oralidade. Por exemplo, as hesitações (ah..., eh... de...), marcadores do tipo ã...né...õ, hã...tá, as sobreposições da fala, os risos, as tonalidades da fala (voz alta, baixa, etc) desaparecem no

texto forense e podem ser exprimidas através dos verbos correspondentes. Por exemplo: ã...o depoente admirou a chegada dos meninos...ö

5 As esquadras moçambicanas e a análise dos dados

A presente pesquisa foi realizada nos meses de junho, julho e agosto de 2014, em três esquadras da província de Maputo-Moçambique e está registrada na Plataforma Brasil sob número: 32313014.7.0000.0118. A pesquisa consistiu na observação de sete interrogatórios policiais (oitivas) bem como a comparação e confrontação com o texto escrito - o auto. (cf. Quadro 1). Desde já omitiremos a localização e o nome destas esquadras por razões de ética e sigilo, apresentando assim, os dados recolhidos. A identidade dos intervenientes será ocultada e apresentada em forma de códigos, tal como se declarou nos ãTermos de consentimentoö assinados pelos indivíduos observados. Nas análises da conversão do escrito para o oral tomaremos em conta os contextos, os locais citados, as pessoas citadas, a ideia geral do auto e as contradições de ideias. A escolha destas esquadras se justifica pelo fato de serem as mais importantes e maiores em nível regional e pelo fato de serem aceites pelos responsáveis locais. É importante deixar claro que a nossa proposta de pesquisa foi recusada em muitas esquadras devido à confidencialidade e sigilo do trabalho policial. Contamos com a colaboração e compreensão dos ãComandantes das esquadrasö (Delegados, no contexto brasileiro) para que a pesquisa fosse possível. Vejamos o quadro 1, que retrata a distribuição dos intervenientes na pesquisa:

Quadro 1: *Corpus* da pesquisa

Código da esquadra	Código do interrogado	sexo	Língua(s) que usou no interrogatório	Idade	Assunto
E1	AMT	F	Português/Xichangana	30	Assaltada
E2	RGF	M	Português	26	Separação
E2	YOP	F	Xichangana	49	*Agredida pelo parceiro
E1	LNR	F	Xitswa/português	41	Disputa de guarda da criança
E1	EBT	M	Português/xichangana	64	Disputa de terreno
E3	TRJ	M	Português/xichangana	34	Ciúmes e poligamia
E2	MMW	F	Português	19	*Queimou marido com água quente

Os sete depoimentos foram gravados e arquivados (sem edição) na sua íntegra e transcritos. É a partir dessa transcrição que se pode comparar o auto resultante dessa

gravação. Contamos com o uso do Programa *Léxico 3* para o cálculo e obtenção dos resultados. Observando o Quadro 1, nota-se que dos sete indivíduos, cinco dominam pelo menos uma LB. Todos os indivíduos são maiores de idade e residem na zona suburbana da província de Maputo. Os casos escolhidos são: assalto a mão armada, separação, agressões físicas entre casal, disputa da guarda do filho, disputa de familiares por um terreno, casos de ciúmes e poligamia e finalmente agressão física entre casal (queimar o parceiro com água quente). Nos dois casos em asterisco (*) no Quadro 1, os acusados ficaram presos porque foram enquadrados pelo artigo 5 e 7 da Lei nº 29/2009 de 29 de setembro que aprova disposições sobre a violência doméstica praticada contra a mulher.

5.1. Questões de multilinguismo e de analfabetismo

O multilinguismo é definido como o ato de usar ou de promover o uso de várias línguas, seja por uma pessoa de forma individualizada ou por uma comunidade linguística. Tal como vimos na subseção 2, a maioria da população moçambicana fala pelo menos duas línguas sendo uma de origem bantu e outra oficial. O policial sempre enfrenta o desafio de atender casos de cidadãos que não falam a língua oficial, a língua portuguesa. Daí que policiais cuja língua materna é diferente da região onde trabalham são obrigados a aprender a língua local ou convidam intérpretes para melhor compreender o que é/será dito.

O multilinguismo em Moçambique se justifica pelo fato do país abrigar e conviver com mais de vinte línguas. Muitas delas são faladas em outros países vizinhos (*swahili*, por exemplo) e outras são inteligíveis para a região sul de Moçambique (como é o caso do *siswati* e *esizulu*). Em 2008, os pesquisadores que se interessam pelas línguas moçambicanas chegaram ao consenso dos debates no que diz respeito ao Acordo Ortográfico de 17 LB, fato que é importante para o avanço da escrita dessas línguas que passaram séculos como línguas ágrafas. Como se sabe, as taxas de analfabetismo são elevadas em Moçambique. E o português é a língua do poder, da justiça e do acesso aos bens sociais, econômicos e até políticos. O desconhecimento do português limita a vida pública dos moçambicanos bem como o acesso à justiça e às oportunidades básicas (emprego, bens e serviços, etc.). O político que não sabe ler nem escrever, por exemplo, não pode ser deputado, nem assumir cargos importantes num partido. Isso porque todos os documentos legais são redigidos e apresentados em português.

Por isso que se diz que a linguagem não está apenas a serviço da comunicação, ela pode ser também um instrumento do poder, na medida em que provoca o distanciamento do sujeito comum por falta de compreensão de uma língua que traz uma sintaxe complexa ou um léxico arcaizante, erudito, ambíguo, ou melhor, carregado de formalidade. (MELO, 2011, p.145). Voltando para a problemática das esquadras visitadas, levanta-se a seguinte questão: Se o cidadão não sabe ler (por vezes nem escrever) como tem certeza de que o que foi escrito reflete realmente as suas declarações? Tentaremos responder a esta e outras questões mais adiante.

5.2. Comparando o oral e o escrito

Pesquisas de Rock (2010) e Haworth (2010) mostram que a coleta e a conversão de dados orais não é tarefa fácil na investigação. Exige aquisição de conhecimentos da área de linguística para melhor compreender as nuances que a língua apresenta. As nuances vão desde a criatividade, a materialidade, a semântica, a alteridade e a historicidade. Rock (2010), por exemplo, cita o momento de planejamento e preparação da coleta, seguido do momento de aplicação e explicação das fases da entrevista. Em seguida, o policial toma notas dos principais momentos das declarações dadas pelo sujeito declarante ou denunciante. O Quadro 2 mostra os resultados obtidos nas análises feitas dos textos escritos que são o produto de duas ou mais horas de interrogatório.

Quadro 2: Percentagem dos casos analisados após a conversão do texto

Código Do declarante	Léxico usado	Contextos	Locais citados	Pessoas citadas	Contradições de ideias	Ideia geral
AMT	64%	45%	93%	87%	15%	98%
RGF	55%	75%	74%	97%	47%	90%
YOP	74%	50%	86%	100%	27%	98%
LNR	85%	48%	100%	100%	10%	100%
EBT	17%	75%	90%	100%	37%	80%
TRJ	65%	74%	98%	100%	16%	90%
MNW	67%	65%	67%	99%	33%	97%
médias	61%	61.7%	86.8%	97.5%	26.4%	93.2%

Comparando o texto oral e o texto escrito observa-se uma diferença enorme em termos de conteúdo. Muitos conteúdos transcritos foram considerados relevantes no cômputo geral. Existem detalhes dos acontecimentos que foram considerados irrelevantes, mas que

podem ser importantes no decurso do processo ou do julgamento. Observando o Quadro 2, nota-se que na redação do auto houve incorporação de 61% do léxico presente na transcrição (material oral). Esse dado nos mostra que o oficial não encontrou ao seu dispor escolhas lexicais que ajudem a transformar a informação oral em texto forense. Chegamos a este argumento porque os declarantes não usaram um registro formal no cômputo geral. Isso significa que os seus depoimentos precisavam de uma adequação ao gênero textual em causa. Um aspecto importante a levantar é o fato de que os contextos informados pelos declarantes foram respeitados em 61,7%. Isso é importante porque é através desta informação que o declarante assina o documento escrito. Se este dado fosse menor a concordância dos declarantes não seria possível na maioria dos casos.

As contradições de ideias foram menores, fato que mostra a atenção dos policiais na recolha dos aspectos importantes declarados. Com relação aos nomes de lugares, nomes de espaços geográficos e de localização foram bem respeitados. Esse dado é importante porque caso sejam omitidos podem fazer perder a lógica espaço-ocupacional dos fatos. Os fatos acontecem num lugar e esse lugar deve ser bem registrado de forma a não confundir quem lê o auto. A descrição espaço-ocupacional ajuda na compreensão completa do fato e isso ajuda na confrontação dos fornecidos pela perícia.

É importante acrescentar que na conversão do oral para o escrito, o policial reduz todas as marcas discursivas da oralidade deixando um texto forense, quer dizer, capaz de ser percebido pelos advogados e pelos juízes. Predomina o discurso indireto e o uso frequente da terceira pessoa do plural para descrever o declarante. As hesitações, as repetições, as admirações e outras emoções são eliminadas deixando simplesmente uma descrição dos fatos em causa.

6 Considerações finais

O trabalho policial é complexo. A tarefa de converter o falado para o escrito é uma tarefa ainda mais complexa porque engloba conhecimentos práticos da investigação policial e da redação de textos forenses. Uma palavra como “casamento” vinda de uma LB moçambicana deve ser entendida tendo em conta a cultura. O policial precisa entender de que “casamento” o declarante está se referindo, pois existem na cultura moçambicana quatro tipos de “casamentos” (a) o civil; (b) o religioso; (c) o tradicional/o dote e (d) a união sem que haja esses últimos “casamentos”. As pessoas reconhecem e esses casamentos tem um significado

importante naquela cultura. Quem converte do oral para o escrito precisa questionar de que casamento se está falando, pois caso contrário pode haver mal-entendidos no julgamento. Entendemos aqui, que o policial precisa conhecer um pouco da cultura e das tradições do declarante por forma a evitar incompreensões do não dito no texto escrito.

No contexto moçambicano fica mais complexo ainda porque o multilinguismo é uma realidade. Em alguns casos os interrogados só falam uma LB moçambicana. Aí a conversão será de xichangana (uma LB), por exemplo, para o português e depois para português forense. A Linguística Forense é uma das disciplinas que pode ser ensinada nas escolas de formação policial em Moçambique de forma a melhorar cada vez mais a capacidade de redação de textos forenses como é o caso do auto. É importante dizer que em Moçambique existem cinco instituições de formação policial: a Escola Prática de Matalane (Província de Maputo), Escola Prática de Dondo (Província de Sofala), Escola Prática de Nakitiri (Província de Nampula), Centro de Instrução de Cães-Polícia (cidade de Maputo) e a Academia de Ciências Policiais-ACIPOL (Província de Maputo).

Outro aspecto importante a sublinhar nesta parte é o nível de escolaridade dos moçambicanos que muitas vezes não sabem ler nem escrever acabando por aceitar informações comprometedoras do texto escrito. É que mesmo que o policial que escreve o auto leia para o declarante, muitas vezes, o declarante não entende com exatidão, o que cada uma daquelas frases ou palavras significam para a realidade que ele expôs. Isso acontece porque o sistema judiciário não dispõe de tradutores para as línguas bantu moçambicanas. O policial, também não tem especialistas em línguas bantu moçambicanas capazes de ajudar na compreensão e análise discursiva do oral para o escrito.

A pesquisa mostrou que a capacidade de síntese de autos ainda é problemática na atuação policial. A redação de autos manualmente, quer dizer, à caneta, cria outros problemas porque as caligrafias podem impedir uma boa leitura e compreensão do conteúdo. Sendo assim, em casos em que os declarantes não falam português (por não ser sua língua dominante-materna) poderiam ser convidados intérpretes de forma a dar oportunidade aos declarantes de explicar os fatos em sua língua materna. Essa prerrogativa é defendida pela Declaração dos Direitos Linguísticos. A Constituição da República de Moçambique faz pouca alusão ao uso das LB em julgamentos, mas seria importante que os declarantes ou os acusados tivessem a oportunidade de se defender das acusações usando as suas línguas locais, tal como o fazem nas autoridades tradicionais.

A conversão do oral para o escrito é uma técnica da análise do discurso que precisa ser aprendida e treinada de forma sistemática pelos policiais de forma a evitar ambiguidades e incompreensões durante a redação dos autos. A redação forense, ou melhor o texto forense deve ser um texto coeso, claro e, sobretudo, fiel ao discurso inicial que é o interrogatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2009.
- COULTHARD, Malcolm. Forensic applications of language description. In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota; TOMITCH, Lêda Maria Braga (orgs.). *Aspectos da Linguística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000. pp.317-335.
- _____. Some forensic applications of descriptive linguistics. In: *Revista Veredas*. v.9, nº1 e 2, jan/dez 2005. pp.9-28
- _____; JOHNSON, Alison. *An introduction to forensic linguistics: language in evidence*. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2007.
- HAWORTH, Kate. Police interview in the judicial process: police interviews as evidence. In: COULTHARD, Malcolm; JOHNSON, Alison. (eds.). *The routledge handbook of forensic linguistics*. New York: Taylor & Francis, 2010. pp.169-184.
- HEYDON, Georgina. *The language of police interviewing: a critical analysis*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- LABOV, William. La theorie linguistique à l'œpreuve de la justice. In : *Actes de la recherche en sciences sociales*.v.76-77, mars 1989, pp.104-114.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.
- MALIK, Relatório do desenvolvimento humano 2013-. Nova Iorque: PNUD, 2013.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10^aed. São Paulo: Cortês, 2010.
- MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris : Armand Colin, 1967.
- MCMENAMIN, Gerald R. *Forensic linguistics: advances in forensic stylistics*. Florida: CRC Press, 2002.
- MELO, Silvia Mara de. *Uma análise discursiva do vocabulário jurídico*. 1 ed. Curitiba: CRV, 2011.
- MOÇAMBIQUE. Boletim da República. Lei nº 16/2013 de 12 de agosto de 2013. Lei da Polícia da República de Moçambique.
- _____. Boletim da República. 24 de maio de 1999, 1^a série, nº 20. Decreto nº 29/99 aprova o Estatuto Orgânico, o Quadro de Pessoal, o Quadro de funções de Comando, Direção e chefia e os organogramas da PRM.

_____. Boletim da República. Lei nº 19/92, de 31 de dezembro. Lei da República de Moçambique. Revogado por Lei nº 16/2013.

_____. Boletim da República. Lei nº 5/79 de 26 de maio de 1979. Lei da Polícia Popular de Moçambique. Revogado por Lei 19/92.

_____. Boletim da República. Lei nº 29/2009 de 29 de setembro. Disponível em: http://www.wlsa.org.mz/lib/pdf/Lei_VD_2009.pdf acesso em: 11 de maio de 2014.

NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. Towards a historical classification of the bantu languages. In: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. (eds.). *The bantu languages*. London: Routledge Taylor and Francis group, 2003. pp. 164-181.

ROCK, Frances. Collecting oral evidence: the police, the public and the written word. In: COULTHARD, Malcolm; JOHNSON, Alison. (eds.). *The routledge handbook of forensic linguistics*. New York: Taylor & Francis, 2010. pp.126-138.

SHUY, Roger W. *Creating language crimes: how law enforcement uses (and misuses) language*. Oxford: OUP, 2005.

TIMBANE, Alexandre António. *A variação e mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. Tese. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013a.

_____. A criatividade lexical da língua portuguesa: uma análise com brasileirismos e moçambicanismos. In: Revista *Caligrama: revista de estudos românicos*. v.18, nº 2. jul-dez 2013b. pp.7-30.

_____.Analisando o discurso policial na abordagem de suspeitos na via pública: estudo de caso. In: *Revista Brasileira de Ciências Policiais*. jul-dez 2013c. pp. 125-142.

Recebido em 18/12/2014.

Aceito em 30/12/2014.